



Ciência e meio ambiente:  
urgências para o ensino  
de jornalismo

22º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo  
e IV Congresso de Jornalismo da Amazônia

De 25 a 28 de Abril de 2023

local: Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Manaus/AM



## COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

# TÍTULO: O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE O NÚCLEO DE JORNALISMO INVESTIGATIVO DA REDE AMAZÔNICA.

**Marcelo Fernando Pereira Moreira;** [marcelomoreirama.contato@gmail.com](mailto:marcelomoreirama.contato@gmail.com)  
**Cleiciane Maia Ferreira (orientadora)**

## RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo entender de que forma ocorre o processo de investigação jornalística na Região Amazônica do Brasil. Para isso, utilizamos o método qualitativo estudo de caso para analisar os trabalhos jornalísticos produzidos pelo núcleo de jornalismo investigativo da Rede Amazônica, emissora afiliada à Rede Globo em cinco estados do Norte: Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Acre. Este estudo está delimitado na descrição de pautas desenvolvidas nos estados do Amazonas e Roraima. Por meio de pesquisa bibliográfica, este estudo busca evidências da prática do jornalismo investigativo em sua essência. A análise principal desta pesquisa está centrada na reportagem “Crianças Yanomami sofrem com desnutrição e falta de atendimento médico”, exibida no programa Fantástico em 14 de novembro de 2021 evidenciando o cenário de descaso vivido por povos originários e o avanço do garimpo ilegal. Este trabalho também traz os desafios de operar o jornalismo investigativo na Amazônia.

## PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo investigativo. Rede Amazônica. Povos indígenas.

## 1. INTRODUÇÃO

Na presente abordagem sobre o jornalismo investigativo, primeiramente entenderemos como ocorre sua prática e como ela influencia as decisões tomadas diante de situações expostas no meio social. Também analisaremos de que forma podemos distinguir o jornalismo investigativo do jornalismo convencional. Além disso, na segunda parte deste trabalho, trabalharemos com a sua delimitação, tratando especificamente sobre o modo de operar o jornalismo investigativo na Amazônia. Para isso, teremos relatos de experiências vividas por jornalistas investigativos que atuam na região. Além disso, traremos dados de crimes de diferentes origens que ocorrem na Amazônia e que justificam a necessidade da existência desse tipo de jornalismo na região.

Como objetivos desta pesquisa, no âmbito geral, buscaremos identificar a definição de jornalismo investigativo e quais os registros mais antigos da prática investigativa no jornalismo brasileiro e destacaremos como ocorre o relacionamento com as fontes no jornalismo investigativo, além de descrever como acontece a apuração e o que significa a humanização. Já no âmbito específico, o objetivo é abordar um panorama geral sobre o jornalismo investigativo na Amazônia. Como veremos, o jornalismo investigativo diz respeito ao trabalho de apuração e vivência do próprio jornalista sobre determinado assunto. Faz-se necessário um deadline diferente, com prazo ampliado e, sobretudo, adaptado para tal situação a qual se investiga. E para fazermos o estudo que se pretende, abordaremos, por meio do método de estudo de caso, o trabalho do núcleo de jornalismo investigativo da Rede Amazônica.

Desde que o núcleo foi criado, em 2017, muitas reportagens foram produzidas, como a que denunciou a desnutrição das crianças Yanomami, e que é foco de análise do presente estudo. Em junho de 2022, o mundo voltou-se a um caso que chamou a atenção para as ameaças sofridas por jornalistas e ativistas que se dedicam a denunciar violações dos direitos humanos dos povos e a destruição dos recursos naturais da Amazônia, especificamente, por povos indígenas isolados. Os assassinatos do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Araújo Pereira expuseram, mais uma vez, uma das faces dos conflitos e dos confrontos na região do Vale do Javari, no oeste do Amazonas, marcada pelo tráfico de drogas, pesca ilegal e perseguição aos povos originários. Esse acontecimento evidenciou também o distanciamento do Estado em relação à proteção dessas regiões e à punição de criminosos. Contudo, a pressão nacional e internacional, por meio de organizações, de veículos de imprensa e das famílias dos assassinados, teve enorme importância para elucidar esse caso. Nesse sentido, também faremos menção sobre os bastidores desse caso como forma de exemplificar o jornalismo investigativo na Amazônia. Portanto, este trabalho é importante, principalmente, para entender o processo de apuração do jornalismo investigativo na Amazônia brasileira e a

importância da existência dessa prática jornalística nessa região tão importante para o planeta.

## **2. BUSCANDO CONCEITOS**

Lançado em 2011, o manual para jornalistas investigativos, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – mostra a importância de diferenciar o jornalismo convencional do jornalismo investigativo. Além disso, o manual apresenta cada passo do processo de investigação construído no jornalismo e como as teorias de grandes autores brasileiros que tratam sobre o tema nos ajudam a entender como funciona o jornalismo investigativo na prática. Tal processo não deve ser compreendido como modelo único, válido para todas as realidades, e sim um procedimento aplicável e ajustável quando diante de realidades adversas mediante critérios éticos. Aliás, quando falamos em todo o país, nos referimos a um território enorme, diverso e multicultural.

O recorte deste estudo está centrado na Região Amazônica, mais especificamente no Amazonas e em Roraima, estados historicamente afetados por diversos crimes ambientais, como desmatamento, abertura de garimpos ilegais, queimadas, e falta de assistência e proteção a comunidades indígenas que vivem nessas terras. Na intenção de dar luz às questões citadas, a reportagem “Crianças yanomami sofrem com desnutrição e falta de atendimento médico”, produzida pela TV Globo em parceria com a Rede Amazônica e vencedora do prêmio Vladimir Herzog 2022, trará o destaque de exemplo de jornalismo investigativo a ser explorado no decorrer deste trabalho, que tem como foco o processo de produção jornalística do núcleo de jornalismo investigativo da Rede Amazônica. Nessa perspectiva, é possível afirmar que fazer jornalismo investigativo na Amazônia é atravessar barreiras e superar desafios para seguir rastros de informações que, se capturadas nacional e internacionalmente, ampliarão as possibilidades de repercussão e de respostas do Estado brasileiro às denúncias.

## 2.1 Primeiras Evidências

NASCIMENTO (2010, p. 31) afirma que boa parte das reportagens investigativas começou a ser registrada nos Estados Unidos nos séculos XVII e XVIII. De acordo com o autor, naquela época o jornalismo investigativo atacava a corrupção e outras mazelas de autoridades, e cumpria a função de “revelar crimes econômicos e injustiças sociais”.

“[...] Em 25 de setembro de 1690, Benjamin Harris publicou em Boston, nos Estados Unidos, a única edição do jornal *Publick Occurrences*, na qual era denunciada a violência contra soldados franceses praticada por indígenas norte-americanos, aliados britânicos [...]” (Nascimento, 2010, p. 33).

SEQUEIRA (2005, p. 11) complementa que na Guerra do Vietnã os jornalistas norte-americanos se posicionaram contra o governo e passaram a fazer reportagens com críticas a políticos, sendo que muitas dessas reportagens foram publicadas, mas, segundo Sequeira, não obtiveram muito prestígio. Nesse período, algumas instituições foram criadas com o objetivo de facilitar a prática jornalística investigativa, conforme explanado na aba “sobre nós” do site do *Fund for Investigative Journalism*. A instituição passou a financiar jornalistas para que pudessem escancarar problemas sociais e escândalos políticos. Uma das investigações financiadas pelo Fundo no contexto da Guerra do Vietnã foi sobre um massacre cometido pelo Exército dos Estados Unidos em uma terra do Vietnã. A reportagem é do jornalista Seymour Hersh, e teve um subsídio de US\$ 2.250. Esse trabalho ganhou o prêmio Pulitzer.

Em 1972, o caso Watergate, nos Estados Unidos, resultou na renúncia do então presidente Richard Nixon. A partir desse evento, o jornalismo investigativo ganhou força no mundo. Já em 1975, foi criada a *Investigative Reporters and Editors Inc (IRE)*, que tem, até os dias atuais, a função de apoiar o jornalismo investigativo, especificamente os profissionais que se dedicam a essa área.

No Brasil, o início produção de reportagens investigativas também é incerto, e não há um estudo ou um levantamento fiel sobre isso. SODRÉ (1999, p. 416), diz que em 1923 uma reportagem se destaca no jornal Correio da Manhã: seria o conhecido “caso do colar”, em que o jornal acusava o presidente da República Epitácio Pessoa, de ter sido conivente e aceitado um colar que teria oferecido à esposa dele com a intenção de, em troca, revogar decretos que prejudicavam a exportação de açúcar. O jornalista Mário Rodrigues, que dirigia o jornal e quem fizera a acusação, foi processado e condenado por denunciar o caso. No contexto mencionado, é possível perceber os caminhos que o jornalismo investigativo percorreu para chegar até ao atual estágio. FORTES (2005, p. 6) menciona que, no Brasil, o jornalismo investigativo só ganhou destaque após a ditadura militar, que ocorreu no período de 1964 a 1985, tendo como uma das características a forte censura da imprensa. SEQUEIRA (2005, p. 12), afirma que em 1976 uma série de reportagens do jornal revelou a mordomia de muitos funcionários e ministros de governo. O título da série era “Assim vivem os nossos superfuncionários”. A redemocratização, em 1985, fez ressurgir o jornalismo investigativo nas redações brasileiras e foi fundamental para denunciar as irregularidades ocorridas no governo de Fernando Collor de Mello, entre 1990 e 1992. Para FORTES (2005, p. 6), “o impeachment de Collor é o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil”.

FORTES (2005, p. 6) destaca a complexidade do jornalismo investigativo e suas peculiaridades e deixa claro que é uma área em que os profissionais estão expostos a riscos. O autor afirma que o jornalismo investigativo exige “talento, tempo, dinheiro, paciência e sorte”. Além disso, NASCIMENTO (2010, p. 60) diferencia o jornalismo investigativo, em que a investigação parte do repórter, do jornalismo sobre investigações, em que a investigação parte de alguma fonte oficial e apenas é transmitida pelo repórter. SEQUEIRA (2005, p. 15) afirma que o jornalismo investigativo é exercer o jornalismo por um ângulo diferenciado, é estabelecer métodos, estratégias para operar, tendo o olhar dos jornalistas responsáveis pela investigação.

## 2.2 A Prática Investigativa no Jornalismo

As histórias contadas no jornalismo investigativo recebem características fundamentais, como maior tempo de apuração e pesquisa, rigor na verificação de fontes, prioridade de fontes oficiosas ao invés de oficiais, teor da reportagem, engajamento do repórter e apreço pelo desfecho completo e justo de um caso (HUNTER, 2013, p. 9). Aliás, o relacionamento com as fontes é algo que deve ser primordialmente considerado no jornalismo investigativo, pois é por meio delas que a pauta consegue ser desenvolvida. Segundo HUNTER (2013, p. 18), quando o jornalista investigativo está diante de um acontecimento ou da suspeita de um acontecimento, pode-se partir pela criação de hipóteses.

O investigador precisa ser objetivo naquilo que procura, e, por isso, as hipóteses são tão importantes, pois farão o jornalista ter um foco ao ir em busca de informações que comprovem suas suspeitas. É necessário averiguar todas as possibilidades dentro de um caso. E isso é importante, principalmente, ao tentar “vender” a pauta para o editor. As ideias que serão esclarecidas precisam estar seguras. Conforme HUNTER (2013, p. 28), a partir da fase supracitada, a investigação parte para a verificação, ou seja, uma etapa que exige a máxima pesquisa do caso, e, de preferência, em que todos os passos devem ser dados sem fazer “barulho”, mas isso não significa que não se deve questionar os envolvidos, mas esse “barulho” vem após o início da verificação e apuração das provas. Ainda falando sobre fontes, não podemos esquecer da classificação básica no jornalismo convencional.

Fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações etc. Fontes oficiosas são aquelas que, reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão, porém, autorizadas a falar em nome dela ou dele, o que significa que o que disseram poderá ser desmentido. Fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso. LAGE (2001, p. 27)

Tabela 1

<p>Etapas de investigação jornalística, segundo o manual da UNESCO para jornalistas investigativos.</p>
---

1. Hipótese;
2. Verificação com fontes abertas;
3. Verificação com fontes humanas;
4. Entrevistas;
5. Organização;
6. Redação;
7. Verificação dos fatos narrados;
8. Publicação.

Na busca por tentar moldar a forma como são desenvolvidos os trabalhos jornalísticos de investigação, outros autores também se dedicaram a estudar formas de concretizar um processo modelo, mas que, no fim das contas, seguem etapas parecidas, que apenas mudam o nome. PEREIRA JUNIOR (2009, p. 78) expõe um esquema que mostra os passos de uma investigação jornalística.

Tabela 2

<p>Etapas de investigação jornalística (A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa).</p>
--

1. Elaboração da pauta;
2. Pré-produção;
3. Produção;
4. Pós-produção;

### **2.3 Jornalismo Investigativo na Amazônia**

O jornalismo investigativo mostra-se como instrumento participante na execução da sua função na Amazônia, uma das regiões do mundo submetida as a intensos conflitos causados, principalmente, pela disputa de territórios e pelo avanço de atividades como garimpo ilegal, extração ilegal de madeira, pesca ilegal, ameaças, produção do medo, do terror e de mortes de ativistas que se rebelam contra esse tipo de sistema. Estas são algumas práticas que avançam cada vez mais e demonstram a ausência do estado e de suas políticas de proteção ambiental

Em uma de suas muitas missões na Amazônia, LOSEKANN (1999, p. 33) conta que os seus guias, que eram garimpeiros exploradores da região, não tinham medo de serem presos, pois eles sabiam que o inquérito não iria ser levado a frente, e que poderiam retornar a explorar a região assim que “a poeira baixasse”. Nessa perspectiva, é possível perceber a complexidade do problema causado pela atividade garimpeira ilegal, endossada pela omissão das autoridades brasileiras para com a Amazônia e os povos que nela habitam.

LOSEKANN (1999, p. 27-39) mostra evidências sobre as dificuldades de operacionalizar o jornalismo investigativo na Amazônia, causadas, principalmente, pelos gargalos de logística e pelos problemas de comunicação gerados pela insuficiência tecnológica, e também traz relatos de como a falta de infraestrutura para se fazer jornalismo na Amazônia dificultava o trabalho, a apuração e todo o processo do jornalismo investigativo. Com o passar dos anos, esperava-se que houvesse alguma mudança em relação a isso, porém, não é bem assim.

Após a morte de Bruno Pereira e Dom Phillips, em 2022, jornalistas que cobrem a Amazônia passaram a se sentir ainda mais receosos em cobrir “uma terra sem lei”, é assim que define o jornalista Daniel Camargos, que cobre meio ambiente e conflitos de campo na agência Repórter Brasil, em entrevista ao *Committee to Protect Journalists*. Camargos relata cobrir a Amazônia não é simplesmente entrar na floresta, afinal, são muitos riscos envolvidos e, portanto, todas as decisões devem ser tomadas com bastante cautela, e o rigor deve prevalecer no ato jornalístico. O jornalista ainda conta que, quando reportava um conflito de terras em Rondônia, foi ameaçado com uma arma apontada para a cabeça dele.

A “terra sem lei”, como diz o jornalista, está cheia de pessoas dispostas a invadir a floresta e colocar em risco os direitos de quem nela habita, no caso, os povos originários. São invasores perigosos, que são capazes de tudo para praticar crimes nesse imenso território. Portanto, alguém que denuncie esse descaso in loco tem a sua integridade ameaçada, e o Estado tem o dever de proteger a Amazônia e quem a



defende. Segundo o *Committee to Protect Journalists*, entre os anos de 2009 e 2019, ao menos 13 jornalistas foram mortos por trabalharem com o tema da Amazônia. Nesse sentido, percebe-se a gravidade que a situação está tomando. Os crimes cometidos nessa região ganham proporções assustadoras e, ainda assim, os jornalistas não são amparados para realizarem seus trabalhos.

### **3. O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO DO NÚCLEO DE JORNALISMO INVESTIGATIVO DA REDE AMAZÔNICA**

A Rede Amazônica é uma emissora cinquentenária com sede em Manaus, afiliada à Rede Globo em cinco estados da Região Norte do país: Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre e Amapá. O núcleo de jornalismo investigativo da emissora foi criado em maio de 2017. Os jornalistas que compõem o núcleo trabalham na redação da Rede Amazônica, junto ao setor de jornalismo. Conforme consta no seu Código de Conduta — que é um documento interno da empresa ao qual tivemos acesso durante a pesquisa — a emissora segue a legislação e preza pela liberdade dos funcionários. Além disso, esse documento detalha uma série de direcionamentos sobre a relação com agentes públicos, combate à corrupção, etc. Em síntese, o Código de Conduta da Rede Amazônica mostra-se alinhado com a pluralidade de ideias e com a transparência de decisões.

A equipe investigativa da emissora trabalha de forma integrada ao núcleo de rede da TV. Isso faz com que a veiculação de reportagens investigativas seja negociada em programas jornalísticos da TV Globo, como Fantástico, Jornal da Globo, Jornal Nacional, Hora Um, Bom dia Brasil e Jornal Hoje, o que não impede que os materiais sejam veiculados localmente na praça da Rede Amazônica. As sugestões de pauta partem ora da própria equipe, ora do público das redes sociais. Esse é um ponto importante a ser destacado. No núcleo investigativo da Rede Amazônica, as redes sociais são utilizadas como suporte para o recebimento de informações que podem virar pautas. Claro que, como princípio básico — e já deixando um dos pontos relacionados ao processo de investigação — a checagem

dessas informações é obrigatória, visto que vivemos a era do rápido compartilhamento das *fake news*. É feito um filtro daquilo que pode ou não virar uma pauta investigativa, e, logo, é repassado para os profissionais que trabalham na equipe para que seja verificado e qual a melhor forma de abordagem do assunto. Porém, o processo não é tão simples e rápido assim. Exige bastante negociação entre os membros do núcleo para que todas as decisões sejam tomadas em conjunto.

Mas garimpar pautas nas redes não é regra, afinal, existe um monitoramento da equipe, até mesmo de casos que já passaram e que podem virar uma pauta investigativa. O monitoramento ocorre rotineiramente e muitos canais de acesso a informações podem colaborar para isso, como Portais da Transparência, Diários Oficiais, etc. A pauta também pode surgir de situações do cotidiano, exigindo que o “faro jornalístico” seja ainda mais apurado. “Pode ser de uma observação do dia a dia, de assuntos que nós vemos na internet, em blogs de notícias, de políticos, etc. E tem também as fontes institucionais, como Ministério Público, Polícia Federal, etc.” (NUNES, César. Entrevista em: 31 out 2022).

Assim, o jornalismo investigativo da Rede Amazônica mostrou-se estar de acordo com a diferenciação dada por HUNTER (2013, p. 09) no manual da UNESCO para jornalistas investigativos, isto é, a diferença entre jornalismo convencional e jornalismo investigativo. A maior divergência entre os dois tipos de práticas jornalísticas está na abordagem e no direcionamento do assunto. Por exemplo, uma determinada pauta factual pode render uma reportagem apenas baseada no que aconteceu no momento, mas também pode motivar a abertura de uma investigação que vá a fundo no caso.

Além disso, vale destacar a organização que é feita durante o processo de investigação do núcleo investigativo, isto é, a reunião de documentos importantes em um caso que está sendo investigado. Ou seja, os jornalistas encontram evidências e provas e organizam tudo para que possa ajudar na apuração, além de que isso auxilia também a verificar quem são os órgãos envolvidos e a identificar informações que

podem ser relevantes durante o processo investigativo. Nesse contexto, vale dizer que a Rede Amazônica — assim como todas as outras emissoras afiliadas da Rede Globo — possui jornais de abrangência local, por isso, as pautas do chamado “jornalismo convencional” se encaixam nesse formato, em que passam diversos assuntos do dia a dia e que podem ser filtrados pelo núcleo de investigação, com o objetivo de avaliar o que pode render.

Portanto, atendendo aos objetivos deste estudo, foi possível estabelecer um processo comum aos trabalhos estudados sobre o núcleo de jornalismo investigativo da Rede Amazônica. Claro que nesse procedimento podem haver exceções, visto que há diversas formas de uma pauta investigativa ser iniciada. Contudo, o processo aqui estabelecido diz respeito, no âmbito geral, ao que esta pesquisa conseguiu concluir com base no que foi apresentado em relação ao desenvolvimento das reportagens.

Tabela 3

Etapas de investigação jornalística (Rede Amazônica)
--

1. Fonte;
2. Checagem;
3. Hipótese;
4. Levantamento de dados;
5. Apuração (fontes, entrevistados);
6. Planejamento de logística;
7. In loco;
8. Redação;
9. Edição de texto;
10. Edição da reportagem;
11. Revisão da reportagem;
12. Solicitação de notas;
13. Exibição.

Para que esse processo seja exemplificado em um caso real, focaremos na reportagem “Crianças Yanomami sofrem com desnutrição e falta de atendimento médico”, que foi exibida no Fantástico em 14 de novembro de 2021 . Na ocasião, a Folha de São Paulo havia publicado a foto de uma criança yanomami em situação de desnutrição. A repórter Valéria Oliveira do Portal g1 em Roraima conseguiu contato

com um missionário que havia divulgado a imagem. Sendo assim, ele contou a ela que existia outras várias crianças na mesma situação. Nesse mesmo dia, houve um ataque de garimpeiros à terra indígena Palimiú, que fica dentro da terra Yanomami. Oito indígenas ficaram feridos. “Foram 30 dias intensos de reportagens sobre a situação vivida na comunidade Palimiú, e mostramos como o garimpo impactava na vida desses” (OLIVEIRA, Valéria. Entrevista em: 20 set 2022). A partir desse momento, acendeu-se o alerta de que esse também era o cenário de outras muitas comunidades. Portanto, buscou-se checar a informação com os líderes das comunidades Yanomami. Ali, era o início de uma investigação.

Para fins de contextualização, o povo Yanomami se concentra no maior território indígena do Brasil. Se estende entre Brasil e Venezuela. Conforme ALBERT (2010, p. 65), esse povo indígena vive da caça e da agricultura. Contudo, a atividade garimpeira na região — que é ilegal — tem assolado a saúde dessa população. O estudo revela que os indígenas Yanomami têm histórico de desnutrição devido a essa prática criminosa.

No caso de uma invasão por atividade de garimpagem (ou mineração), este processo de empobrecimento nutricional, já muito sério em si, é consideravelmente agravado tanto pela degradação do ambiente (desmatamento, escavações, poluições, caça indiscriminada etc.) quanto pela perturbação das atividades de subsistência provocada pelas doenças que assolam constantemente a população (ALBERT, 2010, p. 75).

A gravidade dos problemas enfrentados nesse território não parava de chamar a atenção dos repórteres, em especial, da jornalista Valéria Oliveira, que continuou documentando e acompanhando o caso. Assim, vale lembrar que as informações sobre a situação dos Yanomami também foram obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação, que serve de suporte a jornalistas. Enquanto a apuração acontecia em Roraima, os membros do núcleo investigativo da Rede Amazônica em Manaus caminhavam também com a apuração sobre o caso, e definiram o objetivo de ir até a terra Yanomami para mostrar o que estava acontecendo. Tendo a ideia de que a área

estava sendo devastada pelo garimpo, havia uma hipótese de que a saúde indígena estava sendo diretamente impactada por isso.

A partir daí, foram quatro meses de apuração. Nesse tempo, buscou-se saber como seria possível chegar à região, visto que se trata de comunidades isoladas. A maneira mais viável foi por meio de uma carta-convite de lideranças indígenas. Assim, na busca por caminhos para chegar até lá, o núcleo investigativo soube que estava programada uma missão da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), com apoio do Greenpeace, que cedeu o avião. Depois, houve uma negociação entre os jornalistas e a COIAB para que eles pudessem conseguir uma “carona” até a terra indígena. Assim, a equipe de externa composta pelos repórteres Alexandre Hisayasu, Valéria Oliveira, Alexandro Pereira e pelo auxiliar técnico Henrique Filho passou 10 dias na primeira ida até o local, onde puderam constatar o garimpo dentro da reserva indígena poluindo os rios, matando a pesca e invadindo a área de conservação. Além disso, foram visitadas as comunidades de Surucucu, Heweteu e Xaruna, que possuíam, à época, mais de 100 crianças em situação de desnutrição. “Nos deparamos com o cenário de abandono, falta de segurança, de falta de remédios, enfim, de falta de saúde” (HISAYASU, Alexandre. Entrevista em: 19 out 2022).

A equipe tinha autorização da liderança indígena, que era também quem os acompanhava. Mesmo assim, houve pressão da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) durante toda a produção do trabalho para que os repórteres se retirassem do local. A SESAI ainda ameaçou acionar a Polícia Federal. Contudo, a liderança indígena que estava com a equipe investigativa argumentou que havia um convite por parte da terra indígena, e que não seria necessário aquele procedimento. A equipe ficou abrigada na reserva indígena, onde a comunicação para fora era feita apenas por radiofonia ou orelhão. Enquanto isso acontecia no local, o restante da equipe em Manaus continuava o trabalho de apuração mesmo de longe, em busca de fontes e especialistas que pudessem colaborar com a reportagem.

Após o primeiro trabalho de gravações externas, quando a equipe já estava de volta para Manaus, o núcleo investigativo soube que haveria uma operação da Polícia Federal para combater o garimpo ilegal na reserva Yanomami. A partir daí, houve uma nova negociação, e os jornalistas conseguiram embarcar novamente para a área acompanhados da Polícia Federal. Nessa segunda fase, a equipe jornalística também passou cerca de 10 dias na região. Para a Rede Amazônica, a pauta custou cerca de R\$34.000,00. Contudo, esse valor não conta os investimentos que foram feitos também pela TV Globo. Assim como dissemos no início deste trabalho, fazer jornalismo investigativo na Amazônia é caro, principalmente por causa da logística, o que inclui, passagens, aluguel de transportes, de moradia, alimentação, compra de roupas adequadas, enfim, todos os itens necessários para o desenvolvimento das gravações in loco.

Após a redação do material, o texto foi editado, e, cerca de 20 dias depois, o repórter Alexandre Hisayasu viajou para São Paulo — como determinação da direção do Fantástico — para auxiliar na edição da reportagem. O produto audiovisual teve duração de pouco mais de 16 minutos. Após a exibição no Fantástico, houve grande repercussão durante toda a semana, com mais produções do núcleo investigativo sobre o assunto para outros jornais de rede. Além disso, o contato com as lideranças da terra Yanomami continua existindo, como forma de monitorar o que acontece na região. A reportagem foi vencedora do 44º prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

Analisando o processo de investigação jornalística no caso da reportagem “Crianças Yanomami sofrem com desnutrição e falta de atendimento médico”, percebemos que a estrutura seguiu as etapas que, geralmente, são comuns a outras pautas produzidas pelo núcleo investigativo. Obviamente, é preciso levar em consideração as duas fases de gravações externas, por conta dos acontecimentos no decorrer da pauta. Nesse caso analisado, a apuração demonstra indicadores de observação constante.

Dois itens que estão entre os mais importantes na realização das investigações jornalísticas realizadas por profissionais da Rede Amazônica, que é a credibilidade e a rede de proteção. Podemos dizer que a rede de proteção seria o resultado da credibilidade, que foi conquistada durante os primeiros anos de existência do núcleo investigativo, precisamente com a chegada do repórter Alexandre Hisayasu. Os desafios são constantes. O próprio relacionamento com as fontes é um deles. “Aqui, as pessoas não estavam tão acostumadas com esse tipo de reportagem, onde nós nos apresentamos, garantimos o sigilo da fonte. Há uma demora para você conquistar a confiança dessas fontes” (HISAYASU, Alexandre. Entrevista em: 19 out 2022).

É por meio desse relacionamento com as fontes que se constrói a rede de proteção, afinal, a questão da segurança em reportagens produzidas pelo núcleo investigativo da Rede Amazônica é prioridade, pois para se fazer jornalismo investigativo na Amazônia, é necessário ter a certeza de que a região é cercada de perigos, principalmente, no que tange assuntos ambientais. “Você investiga na Amazônia, e você continua morando na Amazônia. Diferente de você morar em outra região, ir para uma região diferente e voltar para sua cidade. Então, a segurança é um desafio gigantesco” (OLIVEIRA, Valéria. Entrevista em: 20 set 2022).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O jornalismo investigativo traz grandes contribuições à sociedade, como a promoção de debates sociais, o desmonte de crimes, colaborações relacionadas a investigações oficiais, etc. Todas essas contribuições são importantes também na Região Amazônica, onde vivem quase 30 milhões de mulheres e homens, em meio à disputa geopolítica sobre o controle da Amazônia, a secular violência sistêmica contra a região e seus povos, realizada pelo racismo como política hegemônica de desenvolvimento. No presente estudo, conseguimos alcançar cada objetivo proposto no projeto de pesquisa. Por meio de pesquisa bibliográfica, buscamos a origem do jornalismo investigativo no Brasil, suas primeiras evidências e como deve ser

desenvolvido o relacionamento com as fontes e a apuração jornalística nessa modalidade.

Também, confirmando a hipótese que deu início a esta pesquisa, comparamos o processo de investigação da Rede Amazônica ao proposto pelo manual da UNESCO para jornalistas investigativos e concluímos que os processos podem se diferenciar em algumas etapas, dependendo de quem o opera e da pauta a ser desenvolvida. No entanto, segue a mesma lógica, partindo da fonte, passando pela apuração (que não tem tempo pré-definido, isto é, é o desenvolvimento da pauta que determina o tempo), em seguida, passa pela redação, edição e publicação. Obviamente, por se tratar de uma emissora de televisão, precisamos dizer que existem particularidades no processo de investigação da Rede Amazônica, especialmente, pelas edições de texto, de vídeo e pela solicitação de notas. No entanto, como supracitado, depende do trabalho executado.

Durante a realização desta pesquisa, foi possível compreender que a prática jornalística investigativa na Amazônia é de fundamental importância para o desenvolvimento da região, principalmente, no que diz respeito ao combate de práticas ilegais, como desmatamento, violação dos direitos de indígenas, bem como o abandono da saúde, garimpo e afins. Mas não só isso. É importante também porque expõe a corrupção, crimes de diferentes naturezas, e se dispõe a trabalhar a serviço da sociedade e dos direitos humanos. Além disso, o processo de investigação jornalística

Foi possível compreender também que para operar o jornalismo investigativo na Região Amazônica, é necessário preparo. Isso porque a Amazônia, no Norte brasileiro, compreende uma imensa região e oferece riscos, principalmente, por haver pessoas que acreditam na impunidade, embora esse seja o retrato da realidade. Nesse sentido, os jornalistas na Amazônia mostram-se vulneráveis a quaisquer tipos de situação, e, por isso, precisam dar passos cada vez mais cautelosos, trabalhando em equipe. Ademais, fica claro que o núcleo investigativo da emissora estudada segue os princípios éticos do jornalismo investigativo e apresenta conformidade aos resultados



de experiências e estudos relatados por autores citados na fundamentação teórica do presente trabalho. Isso é perceptível durante o estudo da reportagem que revelou o descaso na terra Yanomami, bem como no desenvolvimento de outras pautas.

Por outro lado, a presente pesquisa revela a dimensão sobre essa região que oferece outros desafios a quem se dedica ao jornalismo investigativo. A Amazônia é constituída por áreas de difícil acesso, onde só se chega de barco ou avião, e sofre com a precariedade no serviço de internet, ou seja, quem faz investigação jornalística na Amazônia precisa ter planejamento, e entender sobre cada canto dessa região.

Este estudo possibilitou a este pesquisador a renovação do interesse pelo trabalho científico e despertou a busca por conhecimentos que abrangem a área do jornalismo investigativo. Ademais, a metodologia aplicada fortalece o compromisso com a área acadêmica, com o objetivo de contribuir para a exposição de esclarecimentos a respeito do processo de investigação jornalística na Amazônia, acentuando suas peculiaridades por meio de recortes temáticos, estudando reportagens investigativas desenvolvidas na região, e ouvindo os profissionais que as produziram. Cabem algumas reflexões, como a necessidade de investimentos em jornalismo investigativo por parte do setor privado nos estados que compreendem a Amazônia Brasileira, sendo as investigações prioritariamente conduzidas por jornalistas profissionais amazônidas que conhecem seus territórios e lutam por seus direitos. É dar voz aos seus habitantes. Além disso, é pertinente refletir sobre qual apoio jornalistas investigativos buscam para o exercício de seus trabalhos. Numa visão desconstrutiva de estereótipos, vale repensar a forma como se enxerga a Região Amazônica, sendo esta uma região de características próprias. Pensar a Amazônia como um espaço de “integração” é rememorar seus estigmas passados e reafirmar o discurso colonizador imposto à região.

#### **4. REFERÊNCIAS**

HISAYASU, Alexandre. Entrevista em: 29 set 2022; Entrevista em: 19 out 2022

NUNES, César. Entrevista em: 31 out 2022.

MARQUES, Luciane. Entrevista em: 23 set 2022.

COSTA DA SILVA, Maria Isabel. Entrevista em: 26 out 2022.

OLIVEIRA, Valéria. Entrevista em: 20 set 2022.

ALBUQUERQUE, Liége. Tem Jornalismo Investigativo no Brasil, Sim! Abraji. Disponível em: <<https://abraji.org.br/noticias/tem-jornalismo-investigativo-no-brasil-sim>>. Acesso em: 09 out. 2022.

FORTES, Leandro. Jornalismo investigativo. São Paulo: Contexto, 2005.

HUNTER, Mark Lee. A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos. Montevideu. UNESCO Publishing, 2013.

LAGE, Nilson. Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística. Recuperado de <<http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>>, 2001. Acesso em: 12 out 2022.

Le TOURNEAU, François-Michel; ALBERT, Bruce. Homoxi (1989-2004): O impacto ambiental das atividades garimpeiras na Terra Indígena Yanomami (Roraima). In: BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; MELO, Valdinar Ferreira (orgs). Roraima: Homem, Ambiente e Ecologia. Manaus: INPA, 2010.

LOSEKANN, Marcos. O ronco da Pororoca: histórias de um repórter na Amazônia. São Paulo: Senac, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

NASCIMENTO, Solano. Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipelago Editorial Ltda, 2010.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PINTO, Manuel Serrano. Aspectos da história da mineração no Brasil colonial. CETEM, 2000. Disponível em: [http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/692/1/500anos\\_BLOCO%20I.pdf](http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/692/1/500anos_BLOCO%20I.pdf). Acesso em: 19 out 2022.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). Disponível em: <https://abraji.org.br/institucional/#quem-somos>. Acesso em: 12 out 2022.

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI). Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-condena-ataque-a-equipe-da-tv-centro-america-no-mt>. Acesso em: 13 out 2022.

Committee to Protect Journalists. Disponível em: <https://cpj.org/pt/2022/08/recomendacoes-de-seguranca-do-cpj-cobrindo-a-bacia-amazonica/>>. Acesso em: 19 set 2022.

Committee to Protect Journalists. Disponível em: [https://cpj.org/pt/2022/07/cobrir-uma-terra-sem-lei-jornalistas-brasileiros-sobre-reportar-na-amazonia-depois-dos-assassinatos-de-dom-phillips-e-bruno-pereira/?fbclid=IwAR1QxHoeWUB3aullBGwC8OqM3e\\_Wv1ygh8FvaAFjkkfdzit9o2XiMKeY6Fc](https://cpj.org/pt/2022/07/cobrir-uma-terra-sem-lei-jornalistas-brasileiros-sobre-reportar-na-amazonia-depois-dos-assassinatos-de-dom-phillips-e-bruno-pereira/?fbclid=IwAR1QxHoeWUB3aullBGwC8OqM3e_Wv1ygh8FvaAFjkkfdzit9o2XiMKeY6Fc)>. Acesso em: 19 set 2022.

Federal Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf). Acesso em: 31 out 2022.

Fond For Investigative Journalism. Disponível em: <https://fij.org/about-fij/>. Acesso em: 30 set 2022.

G1 Amazonas. Disponível em <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/06/15/bruno-pereira-e-dom-phillips-a-cronologia-do-caso-desde-o-inicio-da-viagem.ghtml>>. Acesso em: 27 out 2022.

G1 – Fantástico. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/11/14/criancas-yanomami-sofrem-com-desnutricao-e-falta-de-atendimento-medico.ghtml>. Acesso em: 20 fev 2022.

G1 – Jornal Nacional. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/08/18/grileiros-aproveitam-tempo-seco-para-abrir-novas-areas-na-floresta-ja-desmatada-no-sul-do-amazonas.ghtml>. Acesso em: 31 out 2022.

G1 Roraima. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/05/27/desnutricao-infantil-garimpo-e-covid-entenda-os-problemas-que-afligem-a-terra-indigena-yanomami.ghtml>. Acesso em: 07 nov 2022.

Globo. Disponível em: <https://historia.globo.com/especiais/amazonia/acompanhe/noticia/fantastico-refaz-trajeto-de-bruno-e-dom.ghtml>. Acesso em: 07 nov 2022.

Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10766864/>. Acesso em: 07 nov 2022.

Greenpeace. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/quem-somos/>. Acesso em: 07 nov 2022.

Investigative Reporters & Editors. Disponível em: <https://www.ire.org/about-ire/>. Acesso em: 12 out 2022.

Jornal Extra. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/relembra-morte-de-tim-lopes-torturado-executado-por-trafficantes-da-vila-cruzeiro-24654674.html>. Acesso em: 13 out 2022.

MapBiomias. Disponível em: <https://mapbiomas.org/area-ocupada-pela-mineracao-no-brasil-cresce-mais-de-6-vezes-entre-1985-e-2020>. Acesso em: 23 out 2022.

MapBiomias. Disponível em: <https://mapbiomas.org/o-que-e-o-mapbiomas>. Acesso em: 07 nov 2022.

Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11685.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11685.htm). Acesso em: 23 out 2022.

Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 07 nov 2022.

Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/11/buscas-a-bruno-e-dom-chegam-ao-setimo-dia-e-testemunha-relata-ameaca-sofrida-pelo-indigenista.ghtml>. Acesso em: 07 nov 2022.